

À Diretora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do INEP

Senhora Diretora:

Submeto a V.Sa., para ratificação ou correção, as instruções da Sra. Diretora Geral do INEP que me foram transmitidas, em reunião, por V.Sa., a respeito das pesquisas em desenvolvimento nesta Coordenação:

- a) - Programas experimentais para o ensino de 1º grau - interromper na 4a. série
- b) - Adaptação dos programas às condições locais - cancelar
- c) - Avaliação do rendimento escolar na 1a. e 2a. séries
 - Avaliação do rendimento escolar na 3a. e 4a. séries
 - Fatores que influem sobre o rendimento escolar na 1a. e 2a. séries do 1º grau
 - Fatores que influem no rendimento escolar na 3a. e 4a. séries do 1º grau
 - englobar numa única pesquisa e terminar em 1977
- d) - Assistência técnica ao magistério nas séries iniciais do 1º grau
 - Critérios de seleção para os cursos de preparação de professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau
 - constituem a mesma pesquisa e devem terminar em 1976
 - O cinema na implantação da reforma de ensino de 1º grau
 - Materiais experimentais para a implantação da reforma do ensino de 1º grau - cancelar ou englobar e terminar em 1976.

A propósito, venho respeitosamente apresentar algumas ponderações, em benefício dos trabalhos deste Centro e em defesa dos investimentos já realizados.

a) - Programas experimentais para o ensino de 1º grau

A finalidade desta Coordenação era realizar - cremos que pela 1ª. vez no Brasil - um estudo em base experimental, de um currículo que atenda aos objetivos do ensino de 1º grau nos termos da Reforma de ensino em desenvolvimento: formação humana envolvendo atitudes, interesses e habilidades, além de aquisição de conhecimentos e estruturas de conhecimentos; ensino por meio de atividades nas séries iniciais do curso e por áreas de estudo nas finais.

Esse trabalho deveria servir de subsídio aos projetos de "Currículos e Inovações Pedagógicas", que vêm merecendo amplo investimento do Governo.

Estão sendo submetidos à pesquisa 1545 alunos. Destes, 528 seguem o programa experimental do INEP desde a 1ª. série, realizada em 1973, e se acham atualmente na 4ª. série. Dos restantes, 535 estão cursando a 2ª. série e 482 a 3ª.

Para garantir maior segurança às conclusões, tendo em vista a complexidade dos fatores atuantes, cada série escolar é estudada por três anos consecutivos.

Assim, a interrupção dos trabalhos em 1976 significará que as conclusões só poderão atingir a 2ª. série; se a pesquisa prosseguir em 1977 - ano em que se prevê que pelo menos até julho haverá elementos no Rio - poderá atingir a 3ª. série e propiciar algumas conclusões preliminares sobre a 4ª. série.

Para maior orientação de V.Sa. e da direção do INEP, iniciamos um estudo comparativo dos programas do INEP e do Município, tendo em vista que os alunos, submetidos, desde a 1ª. série aos do INEP, talvez não pudessem, em meio do curso, adaptar-se, senão gradualmente, aos do Município. A não se levar em conta esse fato, os

alunos poderiam sofrer prejuízos que redundassem, inclusive, em re^uprovações, o que poderia gerar uma reação natural contra o órgão e o próprio MEC e até contra a pesquisa em geral, gerando dificuldades futuras aos que se dedicam a esse tipo de trabalho, dentro do Projeto Prioritário "Estímulo à Pesquisa", nos cursos de pós graduação etc. O trabalho já feito, relativo aos programas de Matemática - 4a. série, revelou que nossa preocupação era fundada: há uma quantidade apreciável de assuntos no programa do Município que não constam do do INEP e vice-versa. Assim, surge um problema de ética profissional a ser considerado.

Cumpramos, ainda, submeter à consideração superior a im^uportância que a decisão de interrupção do Projeto em questão poderá ter para o órgão no que se refere à perda de investimentos não pequenos, já efetuados até agora, e no que diz respeito ao tempo (4 anos) que se levaria para recomençar a experimentação de programas, em caso de interrupção.

b) - Adaptação dos programas às condições locais

O trabalho que falta realizar consiste na preparação de folhetos, partindo de estudos já efetuados. Considerando o vulto dos investimentos já realizados, em comparação com o que restaria despendido, acreditamos que seria compensador contratar pessoal para tarefas limitadas (redação de um folheto) para, pelo menos, elaborar folhetos relativos a alguns Estados (um por região, por exemplo).

Para dar uma idéia geral do trabalho realizado: foi contratado um especialista de uma Faculdade local ou enviado um Técnico a cada Unidade da Federação para entrevistar especialistas locais nas áreas de: condições geo-econômicas e empreendimentos do Governo visando ao desenvolvimento do local, História local e contribuição do Estado à História do Brasil que deva ser destacada nos programas; saúde (doenças mais freqüentes no local, prevenção, recursos etc), alimentação (dieta dominante, falhas existentes, dieta desejável, recursos locais, estereótipos a combater), folclore e arte popular a preservar. Essa matéria foi ainda enriquecida, es

pecialmente no que respeita à contribuição do Governo para o desenvolvimento, com material colhido em agências governamentais no Rio. O acervo obtido irá sendo desatualizado, e o preparo de técnicas capazes de desenvolver o trabalho que falta demanda algum tempo e orientação, já havendo porém pessoal capacitado que talvez pudesse ser utilizado.

- c) - Assistência técnica ao magistério nas séries iniciais do 1º grau
- Crítérios de seleção para os cursos de preparação de professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau

A primeira pesquisa, solicitada pelo Departamento de Ensino Fundamental deste Ministério, destina-se a oferecer subsídios à política de orientação técnica ao professorado em exercício e pretende verificar: as condições de preparo do orientador; as modalidades de orientação que exerce e sua opinião a respeito de quais as mais eficientes; os aspectos sobre os quais se exerceu a orientação e o preparo específico do orientador para fazê-lo, em alguns casos mais importantes; as falhas de formação sentidas pelos professores e a opinião destes sobre as modalidades da orientação que recebem e os conteúdos abrangidos pela mesma.

A 2a., sobre formação de professores, se destina a contribuir, como instrumento auxiliar, para melhor seleção dos candidatos aos cursos de formação do magistério e à orientação dos alunos desses cursos, contribuindo assim para evitar desajustes e evasão de professores.

A 1a. se encontra em fase de tratamento estatístico complementar para elaboração do relatório, já iniciado. A 2a., em fase final de execução, exige a observação de 835 professores em seu trabalho de classe, para os estudos finais de validade do instrumento. Se oferecidas as necessárias condições de recursos humanos e administrativos em geral para que tal trabalho se efetue no ano corren-

te, o tratamento dos dados poderá terminar em 1977, desde que se conte com a assistência técnica especializada necessária.

- d) - O cinema na implantação da reforma de ensino de 1º grau
- Materiais experimentais para a implantação da reforma do ensino de 1º grau (Elaboração e aplicação de folhetos pedagógicos)

A hipótese de terminar em 1976 é inviável.

As duas pesquisas já tinham sido englobadas e haviam sido realizados contatos básicos com a Secretaria de Educação do Estado do Rio para sua execução.

Efetuada o cancelamento, deverá haver comunicação oficial a respeito.

Idêntica providência precisará ser tomada no sentido de se comunicar a impossibilidade de assinatura do Convênio relativo ao projeto "Adaptação de programas às condições locais".

Esperando ter contribuído para esclarecimento dos problemas envolvidos nas instruções recebidas - tal como foram por nós entendidas - e, conseqüentemente, para o encaminhamento dos trabalhos, colocamo-nos à sua disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias. Aguardamos as decisões finais a respeito, para efeito, inclusive, de preparo dos relatórios de controle da programação relativa ao Projeto Governamental "Estímulo à Pesquisa", meta 4 (realizar pesquisas) a cargo desta Coordenação, especialmente no que se refere à "Justificativa dos desvios existentes" (V. Anexo Formulário E, p.5).

Cordialmente


Lúcia Marques Pinheiro
Coordenadora da COEPE

Anexos

Bases para o ensino de 1º grau - 4a. série
Formulário E, p.5

12/3/76

Proc.nº 321 - INEP 283

Senhora Diretora:

Da leitura do processo se verifica que ainda não está decidido o que será realizado para atender à finalidade de melhorar o ensino da leitura: se criar um grupo informal, se uma Associação Brasileira de Leitura, cujo núcleo inicial seria em Brasília, ou se filiar-se à Associação Internacional de Leitura. Assim, parece de grande interesse tomar conhecimento dessa decisão que será tomada hoje - 12 de março - para nossa orientação inicial. Também não é claro se haverá filiação de órgãos ou de pessoas.

Foram sugeridos como trabalhos prioritários, qualquer que seja a solução adotada, a organização e "distribuição de uma relação de pessoas-chave no Brasil que militam na área de alfabetização contendo, inclusive, atividades e interesses" e "uma série bibliográfica de relatórios de pesquisas, bem como programas, técnicas e teorias de ensino."

Estamos pessoalmente interessados em filiar-nos à Associação e julgamos que o INEP deveria enviar à mesma as pesquisas que o CBPE realizou sobre o assunto.

A ficha referida do processo - a ser preenchida pelos interessados - não acompanha o mesmo.

Julgamos de interesse o material citado no anexo relativo à Associação Internacional de Leitura, especialmente os Resumos de pesquisas referentes à leitura, publicação anual.

Cordialmente


Lúcia Marques Pinheiro
Coordenadora da COEPE

LMP/me



Proc. INEP 283/76 (CBPE 321/76)

Ao Sr. Diretor-Geral,

Devolvo a V.Sa. o processo da Associação Brasileira de Leitura com o parecer da Sra. Coordenadora da COEPE, com o qual concordamos integralmente, para que o assunto possa ter continuidade.

Informo, outrossim, que, de acordo com o ajustado entre D. Lúcia Pinheiro e D. Zenaide Schultz, os entendimentos posteriores, aí em Brasília, ficariam a cargo da segunda.

Em 21/5/76

Norma Cunha Osório
Diretora do CBPE, em exercício

PARECER

A professora Marina D'Arc da Costa Ozório, residente em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, em requerimento ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, solicita auxílio para que possa terminar, de maneira satisfatória, o trabalho pedagógico de sua autoria - Método do Barricote.

A alfabetização e o ensino na 1ª série constituem problema de mais significativa relevância entre nós, dados os baixos índices de produtividade nessa série e parece importante estimular os que se dedicam a essa área de trabalho.

As várias apreciações que acompanham o requerimento declaram tratar-se de método eficiente, visando ao ensino globalizado na primeira série e especialmente à alfabetização. Não constam do processo dados que permitam apreciação do método em questão. Em se tratando de experiência realizada há muitos anos nas cidades de Valença e Vassouras - de acordo com as declarações apresentadas - parece-nos dever a petição ser encaminhada à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em melhores condições para apreciação, não apenas de aspectos teóricos e material de ensino, mas também de resultados obtidos.

Heloisa Raposo Corrêa Lage
Heloisa Raposo Corrêa Lage

A Sra. Diretora do CBPE
Rio, 6 de março de 1975

ass.) L. M. P.
Coordenadora da CEPE

P A R E C E R

A professora MARINA D'ARC DA COSTA OZÓRIO, residente em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, em requerimento ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, solicita auxílio para que possa terminar, de maneira satisfatória, o trabalho pedagógico de sua autoria - Método do Barricote.

A alfabetização e o ensino na 1.ª série constituem problema de maior significativa relevância entre nós, considerando-se os índices de baixa produtividade nesta série. É importante estimular os que se dedicam a essa área de trabalho.

A professora em pauta, que já manteve, em épocas anteriores, articulações com o INEP sobre o referido método, não elucidada, no presente pedido, qual o tipo de auxílio desejado, o que nos parece indispensável seja esclarecido.

As várias apreciações que acompanham o requerimento declaram tratar-se de método eficiente, que visa ao ensino globalizado na 1.ª série, especialmente, à alfabetização. Não constam, entretanto, do processo elementos que permitam apreciação objetiva do método em questão, tais como:

- . apresentação da orientação ao professor e do material utilizado na aplicação do método;
- . dados comprovantes dos resultados obtidos, dentre os quais: número de turmas e de alunos submetidos à experiência e número de aprovações nos respectivos anos letivos em que o método foi usado.

Finalmente, é de nosso Parecer que, em se tratando de experiência realizada há muitos anos nas cidades de Valença e Vassouras - de acordo com as declarações apresentadas - deverá a petição, salvo melhor juízo, ser encaminhada à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e/ou aos órgãos municipais a que o caso esteja afeto, sem dúvida em melhores condições para apreciação "in loco", através de orientadores ou supervisores qualificados, da aplicação do método e dos resultados obtidos.

Heloisa Raposo Corrêa Lage
Heloisa Raposo Corrêa Lage

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1975

Senhora Diretora

1. Ao conhecimento do Sr. Diretor - Geral;
 2. À Sra. Coordenadora da CODIE
- Em 19.06.75 *Rosa R. Martin*

Com referência à colaboração que nos foi solicitada por V.Sa., no sentido de proceder ao exame da publicação "Cadastro de Pesquisas Educacionais no Brasil (1968-1973)", cumpre-nos apresentar as seguintes observações sobre o trabalho em causa:

1 - Abrangência da obra

Explica-se, na página 7, que a publicação objetiva "apresentar uma visão sumária e não exaustiva de alguns dados referentes às instituições e à pesquisa educacional e em áreas afins, sendo basicamente consideradas estas últimas como pertencentes ao campo das ciências humanas".

A apresentação do cadastro - e o próprio título do mesmo - não deixam dúvidas de que se trata de uma obra informativa sobre pesquisas educacionais e "em áreas afins", ou seja, pesquisas que, sob diversas abordagens, tratam de situações concretas ligadas ao mesmo fenômeno - a educação.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados são explícitos e restritivos quanto aos levantamentos pretendidos: pesquisas educacionais em curso no Brasil; pesquisas educacionais realizadas nos últimos cinco anos; instituições que realizam pesquisas educacionais. Possivelmente a correspondência que encaminhou esses instrumentos deu abertura para a inclusão de quaisquer pesquisas realizadas no campo, bastante amplo, das ciências humanas. Nesse caso, não devem ter sido fixados critérios para a "conceituação de trabalhos correlacionados com a educação", que orientassem os levantamentos e, posteriormente, a seleção dos dados obtidos. Em decorrência disso, talvez, foram incluídos no Cadastro pesquisas, estudos e levantamentos de natureza estritamente geográfica, histórica, antropológica, jurí

dica etc., cujo relacionamento com a área educacional só pode ser admitido numa perspectiva bastante remota. Essa probabilidade, dada a natureza do fato educacional e a sua vinculação com a totalidade do processo sócio-econômico e cultural, sempre existe, em maior ou menor grau. Considerado dentro desse enfoque, o Cadastro teria, entretanto, que apresentar título e conteúdo mais amplos e ser elaborado com base em planejamento suficientemente compreensivo para abarcar todo o campo das ciências humanas.

Tendo em vista o que foi acima exposto, parece-nos que se tornam discrepantes do conjunto as numerosas inserções de pesquisas, estudos e levantamentos cujo objetivo de investigação proclamado não é a educação.

Eis algumas inserções que, salvo melhor juízo, não nos parecem merecer inclusão no Cadastro:

1. O papel da elite industrial da Bahia (pág. 42)
2. Tipologia da mão-de-obra do setor primário (pág. 46)
3. Família e Desenvolvimento: uma análise bibliográfica (pág. 66)
4. Municípios do Brasil (pág. 74)
5. Comércio oitocentista. Tráfico negreiro etc. (pág. 85)
6. Trabalho livre e escravo no Brasil (pág. 85)
7. O espírito comercial português... (pág. 86)
8. Estudos sociológicos de demografia (pág. 86)
9. Reflexão política brasileira (pág. 86)
10. Todas as pesquisas do Museu Goeldi (págs. 96 a 98)
11. Rezadores, pagês e puçangas (pág. 99)
12. A frente pioneira... (pág. 100)
13. O modelo de crescimento ... (pág. 101)
14. Expansão da fronteira ... (pág. 102)
15. A ecologia ... (pág. 105)

16. Fontes para o estudo da história do Nordeste (pág. 116)
17. Catálogo de documentos inéditos de interesse para a história do Nordeste (pág. 116)
18. Bibliografias de autores pernambucanos (pág. 116)
19. O índio histórico do Rio Grande do Sul (pág. 128)
20. Pesquisa sobre os empregados e ex-empregados das Minas Butiá (pág. 137)
21. Levantamento das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra (pág. 155)
22. Valor da contribuição japonesa para o desenvolvimento da agricultura em Bauru (pág. 155)
23. Evolução histórica do Poder Executivo de Bauru (pág. 157)
24. Elementos básicos da função quaternária em Bauru (pág. 157)
25. Vale do Ribeirão das Flores: evolução geomorfológica etc.
(pág. 157)
26. A evolução histórica do Poder Legislativo Municipal em Bauru (pág. 158)
27. Estudos sobre política e economia de Bauru (pág. 159)
28. Histórico de ruas antigas de Bauru (pág. 160)
29. Bauru, sua região, o comércio e o centro comercial (pág. 163)
30. Uso da terra no município de Garça (pág. 163)
31. Bauru - uso da terra (pág. 164)
32. A evolução da estrutura comercial de Bauru como um fenômeno geográfico (pág. 166)
33. Das condições sócio-econômicas do Município de Agudos - sistemas agrários e tipos de cultivo (pág. 167)
34. Levantamento sobre nível sócio-econômico na vila de São Luiz de Botucatu (pág. 168)
35. A proclamação da República em Casa Branca, Nococa e São José do Rio Pardo (pág. 169)
36. Poder e desenvolvimento no oeste paulista (pág. 170)

37. Arrolamento das fontes históricas de Olímpia (pág. 177)
38. Comentário sobre a política religiosa do Imperador Flávio Cláudio Juliano, o apóstata (pág. 180)
39. Análise sócio-econômica de um bairro da Grande São Paulo (pág. 181)
40. Levantamento sócio-econômico dos municípios (pág. 190)
41. Urbanização de Osasco (pág. 190)
42. A evolução da propriedade territorial no bairro de Ipiranga (pág. 200)
43. O núcleo Rodrigo Silva (pág. 200)
44. Cartas Pastorais do bispado de São Paulo (pág. 201)
45. O desenvolvimento urbano de Jundiaí (pág. 201)
46. A arte plumária dos índios Bororos (pág. 201)
47. O conceito de estado (leia-se Estado) em Alberto Torres (pág. 201)
48. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do séc. XIX (pág. 201)
49. Introdução ao estudo da imigração chinesa (pág. 202)

2 - Conceito de pesquisa

O conceito de pesquisa adotado na publicação, que aparece, quase acidentalmente, na página 21, deveria ser ressaltado na "Apresentação", dado o grande número de estudos e levantamentos constantes da obra em análise.

3 - Apresentação quantitativa dos dados levantados

3.1 - A Tabela 1, apresentada na página 7, ex pressa uma subestimativa dos resultados obtidos. Se tivessem sido desagregados do terceiro grupo as instituições que não responderam ao "questionário de instituições" mas enviaram in formações relativas às pesquisas realizadas (total de 40), bem

como as que enviaram respostas após o início da tabulação (total de 7), o percentual de "não-respostas" seria reduzido de 56,8% para 45,5%.

3.2 - A Tabela 4 deveria ter como título "Instituições que responderam ...etc.", excluindo-se o qualificativo "de pesquisa", a fim de evitar a identificação do título com uma das modalidades de instituições constantes da mesma Tabela.

3.3 - Nas Tabelas 8, 9 e 10 a palavra "Distribuição" foi usada sem muita propriedade, visto se referirem, as duas primeiras, respectivamente, a avaliação de recursos humanos e de recursos materiais disponíveis para pesquisa e a última a fontes de recursos para pesquisa.

3.4 - Na Tabela 12 a distribuição das pesquisas "por assunto" não obedece a uma verdadeira categorização. O que se vê é uma listagem onde se misturam grandes áreas de estudo, disciplinas curriculares, graus de ensino etc.

3.5 - Observa-se que algumas tabelas se ressemem da falta de notas explicativas para mais rápida e/ou adequada compreensão do que pretendem expressar. Não são auto-suficientes, dependendo estreitamente das explicações contidas no texto. Estão nesse caso, por exemplo, a Tabela 5, em que falta a indicação dos totais sobre os quais foram calculadas as percentagens que aparecem em segundo lugar nas várias colunas; a Tabela 22, onde não se percebe por que o número de pesquisas "por data de edição e publicação do relatório final" é inferior ao total de pesquisas divulgadas, quando, nos dois casos, aparece a coluna "sem informação".

3.6 - A Tabela 11 não elucida quanto aos reais quantitativos das instituições que editam publicações, uma vez que as categorias escolhidas não são mutuamente excluintes. Tal não ocorreria se fossem adotadas quatro categorias: só periódicas - só não periódicas - ambas - nenhuma.

4 - Descrição e interpretação dos dados

Pág. 7 - "Do total de 419, 238 instituições" (dois números emendados formando um decimal).

Pág. 8 - "destas 181, 91 ou 21,7" (caso idêntico ao da página 7).

- "tabelas apresentadas abaixo". Substituir abaixo por a seguir, uma vez que as tabelas são incluídas a partir da pág. 9.

Pág. 9 - "42 instituições de pesquisa (46,67%) e 2 outras (2,22%), em lugar de 2 classificadas como outras."

Pág. 11 - Consta que 60% das entidades mantenedoras dos estabelecimentos isolados de ensino superior são oficiais, quando a interpretação mais adequada seria "60% dos estabelecimentos isolados de ensino superior são mantidos por órgãos oficiais".

Pág. 14 - Inteia com dados relativos à avaliação de recursos humanos e materiais feita pelas próprias instituições e conclui como se a avaliação tivesse sido feita pelos autores do Cadastro: sontam, em 66,67% dos casos, com pesquisadores de preparo relativamente suficiente; dispõem, em 14,29% dos casos, de pessoal de formação suficiente etc.

Pág. 17 - "assinalar as pesquisas realizadas em convênio com esse organismo" (não está explicitado o organismo).

- A interpretação da Tabela 11 parece confusa. Os percentuais citados, salvo melhor juízo, se referem ao total de instituições que editam publicações periódicas e/ou não periódicas. No texto estão relacionados ao total de instituições das várias modalidades. Exemplo: 58,14% das instituições de pesquisa editam publicações periódicas, em lugar de "as instituições de pesquisa representam 58,14% das que editam publicações periódicas" ...

Pág. 19 - Não há razão pra se afirmar que uma pesquisa "só pode ser computada uma única vez para efeito de tabulação". Poderia haver várias tabulações: por nível de ensino, por assunto etc. separadas.

Pág. 23 - Há inadequação quanto ao uso das expressões "população", "amostra" e "população objeto de estudo".

- Citam-se as percentagens 4,31% (1) e 14,83%(2) como correspondendo, respectivamente, às técnicas análise fatorial (1), emprego de escalas (2) e análise multivariada (3).

- Ao comentar os dados referentes à "fase em que se situavam as pesquisas em curso em 1973" indica-se que 7,18% se encontravam na etapa de elaboração do projeto, 1,44% na fase de formulação da metodologia a ser empregada e 4,78% no estágio de elaboração ou teste de seus instrumentos de coleta. A formulação da metodologia faz parte da elaboração do projeto, tratando-se, provavelmente, no caso, de um detalhamento ou aprofundamento dessa metodologia (v. também Tabela 16).

- Não fica claro por que as técnicas de frequência maior são reunidas em "outras".

Pág. 24 - Tabela 14 - O uso da expressão "internacional", sob o cabeçalho "Área geográfica", dá idéia de pesquisas de campo feitas em vários países, o que não é o caso, como se pode depreender das pesquisas relacionadas na página 174: PC 200 e 201.

Pág. 33 - Porque reunir todas as pesquisas sobre população estudantil no campo específico da sociologia?

Pág. 35 - Os comentários desenvolvidos em torno da Tabela 22, já referida no item 3.5, não esclarecem por que, ao se decidir tabular todas as datas de divulgação dos relatórios, o número de pesquisas fica inferior ao total das mesmas (?) pesquisas distribuídas segundo a forma de divulgação desses relatórios, quando, neste caso, "optou-se por tabular uma única forma". Parece (v. pág. 35) que foram excluídos os relatórios datilografados; mesmo assim considerando os totais não coincidem.

5 - Dados por Estado da Federação

Como arescimo às observações feitas no item 1, assinalam-se as seguintes:

Pág. 40 - Não há informações sobre o Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia.

Pág. 89 - Idem, quanto ao Centro Regional de Pesquisas Educativas João Pinheiro.

- Há várias instituições relacionadas no Cadastro, embora não constem pesquisas realizadas sob sua responsabilidade. Qual o critério que determinou essa inclusão ?

6 - Conclusão

O Cadastro de Pesquisas Educativas constitui um repositório de informações de grande valia, sobre o que se vem estudando, entre nós, na área educacional e em "campos correlatos," ressalvadas as limitações indicadas pela Coordenação da publicação quanto:

- a) ao caráter experimental do trabalho (pág.5);
- b) aos instrumentos utilizados "elaborados segundo modelos já experimentados" por conspícuas entidades nacionais e internacionais (pág. 6);
- c) a áreas afins consideradas para inclusão na listagem de trabalhos no campo das ciências humanas (pág.7);
- d) à solicitação de sugestões e críticas para aperfeiçoamento da próxima edição do cadastro.

É de se lamentar que só agora tenha havido oportunidade para que elementos da própria Instituição pudessem examinar o trabalho e oferecer alguma contribuição em relação ao mesmo.

Evidencia-se, mais uma vez, a necessidade de que todas as publicações do CBPE sejam sistematicamente analisadas por uma equipe especialmente indicada para esse fim e de composição variada, segundo a natureza da obra, a fim de se evitarem as imperfeições que possam ser identificadas antes da impressão dos originais.

Colocamo-nos à disposição para sugestões relativas à próxima edição e que poderão incidir, entre outros temas, sobre elaboração de tabelas e índices.

Cordialmente,

Sérgio Guerra Duarte
Sérgio Guerra
Duarte

Nádia Franco da Cunha Gomes
Nádia Franco
da Cunha Gomes

Elsa Nascimento
Alves

Memo nº 291/75/CBPE/CODIE/Meta 3/Eq. Atendimento

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1975.

Da: Coordenadora da CODIE

À: Diretora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais a sua Coor. de Arqs.

A' Sra. Coordenadora da COEPE, antes do encaminhamento ao Sr. Diretor-Geral, para apreciação dos participantes da reunião referida no expediente (afetos de Arqs.).

6.05.75

SPU

Assunto: Encaminha o resumo do estudo em documentação sobre o perfil do usuário e a justificativa da reunião dos pesquisadores do INEP no Dia 18 de abril último.

Senhora Diretora

Nessa oportunidade envio a V.Sa. o Resumo do ESTUDO EM DOCUMENTAÇÃO SOBRE O PERFIL DO USUÁRIO e a JUSTIFICATIVA DA REUNIÃO DOS PESQUISADORES DO INEP no dia 18 de abril último. Peço a V.Sa. encaminhar ao Sr. Diretor do INEP, o referido resumo, para que esse o envie à Comissão Organizadora do 8º Congresso de Biblioteconomia e Documentação a realizar-se em Brasília de 20 a 25 de julho do corrente ano.

Esclarecemos que o presente Resumo resultou do encontro havido em 18 deste nesta sede, entre os pesquisadores do INEP. Deverá ser apresentado à Comissão Organizadora do Congresso até 15 de maio próximo, devendo ser enviado até 30 do mesmo mes, o ESTUDO completo, acompanhado dos instrumentos de trabalho, bibliografia até agora consultada e os primeiros resultados práticos do trabalho.

Esperando que V.Sa. tome as providências cabíveis, atenciosamente agradecemos,

Encaminha-se a Sra. Helena Tavares, Coordenadora da CODIE, para ser encaminhada ao Sr. Diretor do INEP.

Re: 515/75

MTC/AC.

Regina Helena Tavares
 Coordenadora da CODIE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

RESUMO DO ESTUDO EM DOCUMENTAÇÃO SOBRE O
PERFIL DO USUÁRIO

Trabalho a ser apresentado ao
8º CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA
Brasília, 20 a 25 de julho de 1975

Rio de Janeiro
maio de 1975

RESUMO

- 1 - Apresentação do Tema
- 2 - Justificativa
- 3 - Objetivos
- 4 - Métodos
- 5 - Técnicas
- 6 - Indicadores
- 7 - Plano para a Coleta de Dados
- 8 - Análise e Interpretação dos Dados
- 9 - Relatório

1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA

O estabelecimento do Perfil do Usuário e a verificação de sua compatibilidade com o perfil dos documentos indexados para fins de SDI (Disseminação Seletiva de Informação) constitui a Meta 3 do SUBSISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS, atribuído ao INEP pelo PLANO SETORIAL DO MEC - 1975/79.

A responsabilidade desse trabalho coube à Equipe de Atendimento da Unidade Pergunta Resposta, integrante da Coordenação da Documentação e Informação Educacionais.

2 - JUSTIFICATIVA

A implantação do SDI é atualmente condição necessária para o funcionamento eficaz de qualquer Centro de Documentação, dado o crescente aumento da informação científica.

3 - OBJETIVOS

OBJETIVO ESPECÍFICO: detectar o grupo de usuários do CBPE que se caracterize como o grupo sujeito-destinatário do SDI.

OBJETIVO GERAL: caracterização da clientela do CBPE, através da qual dever-se-á atingir o objetivo específico.

4 - MÉTODOS

A metodologia adequada aos objetivos será:

4.1. - Levantamento dos Dados

4.2. - Levantamentos Bibliográficos

4.3.- Levantamentos de registros de circulação do usuário da casa nos 3 últimos anos.

5 - TÉCNICAS

- 5.1. - Formulários para Pessoas Físicas preenchidos pela Equipe de Atendimento.
- 5.2. - Questionários para Pessoas Jurídicas (idem)
- 5.3. - Roteiro de Atendimento preenchido pelas diversas Equipes integrantes da Coordenação de Documentação e Informação Educacionais do CBPE.
- 5.4. - Entrevista não padronizada com o 2º usuário inscrito pela Equipe de Atendimento.
- 5.5. - Ficha de Atualização do Usuário.
- 5.6. - Ficha de Acompanhamento e Controle das Atividades da Equipe de Atendimento.

6 - INDICADORES

- 6.1. - Caracterização Pessoal: sexo, faixa etária, nome, endereço.
- 6.2. - Caracterização Profissional
- 6.3. - Caracterização Ocupacional
- 6.4. - Hábitos e Necessidades de Informação
- 6.5. - Modalidade de Consulta, Finalidade da Consulta e Natureza da Fonte de Consulta desejadas na visita ao CBPE.
- 6.6. - Áreas específicas de interesse profissional

7 - PLANO PARA A COLETA DOS DADOS

(Sistematização de Atendimento ao Usuário)

- 7.1. - Identificação da Forma de Consulta
- 7.1.1. - Pessoal
 - 7.1.2. - Correspondência
 - 7.1.3. - Telefone
- 7.2. - Verificação da Pertinência da Consulta

7.3. - Formalização do Processo de Atendimento**7.3.1. - Inscrição****7.3.2. - Preenchimento dos Instrumentos****7.3.3. - Encaminhamento às demais Equipes da CODIE****7.3.4. - Recolhimento diário dos Roteiros de Atendimento pela Equipe de Atendimento****7.3.5. - Atualização da Ficha Individual do Usuário.****7.3.6. - Controle Semanal do Movimento da Equipe de Atendimento, em instrumento especialmente elaborado para tal fim.****8 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS através de:****8.1. - Levantamento Simples:**

a) idade

b) sexo

c) formação profissional

d) ocupação

e) hábitos de pesquisa bibliográfica

8.2. - Quadro de correlações de dupla entrada:

a) assiduidade x formação profissional

b) assiduidade x formação ocupação

c) formação profissional x hábitos de pesquisa bibliográfica

d) formação profissional x necessidade de informação

e) formação profissional x necessidade do SDI

8.3. - Coleta de dados qualitativos nas entrevistas**8.4. - Elaboração de escalas de avaliação****8.5. - Tratamento estatístico dos dados.**

9 - REDAÇÃO DO RELATÓRIO

De acordo com as exigências metodológicas, deverá ser feito um Relatório de Análise e Interpretação dos Dados de 3 em 3 meses ou de 6 em 6 meses, afim de não se cortar o Sistema e oferecer dados sempre atualizados quanto à Caracterização dos Perfis dos Usuários.

MARIANGELA TELLES CAPISTRANO
Responsável pela Equipe de Atendimento

MTC/lpm.

P A R E C E R

Ref.: Memo.nº 291/75/CEPE/CODIE/
Meta 3/Eq. Atendimento

Cientes.

- Pensamos que o item 5.4 deveria ter sua redação modificada, de modo a deixar claro que não se trata de uma entrevista apenas com o 20º usuário, mas uma entrevista aplicada de 20 em 20 usuários.

- Julgamos oportuno que o item 6.2 passe a ser redigido: Formação profissional; e o subitem 6.3 passe a ser Ocupação, uma vez que "caracterização profissional" ou "ocupacional" são expressões já consagradas para designar os estudos profissiográficos realizados habitualmente por organismos oficiais e privados que cuidam de estudos e pesquisas em recursos humanos.

- Acreditamos outrossim ser interessante que o subitem 8.2 seja redigido da seguinte maneira: "quadros de dupla entrada" uma vez que, na reunião de 18 de abril foi aceito o parecer de que não seria o caso de se estabelecerem correlações e sim cruzamentos dos dados a serem obtidos.

S. M. J.

Parecer sobre a parte estatística

Assunto:

Perfil do Usuário

Compatibilidade com o perfil de documentos indexados para fins do sistema SDI.

1. Os objetivos estabelecidos no trabalho em questão são os seguintes:
 - a) detectar o grupo de usuários da CODIE que pelo grau de significância revelado pelos estudos estatísticos das tabelas de correlações pertinentes, se caracterize como aquele que deva ser sujeito-destinatário do SDI.
 - b) detectar as instituições que devam ser sujeitos-destinatários do SDI
 - c) detectar a clientela que se caracteriza mais como leitor esporádico do que mesmo como usuário
 - d) oferecer elementos que possam servir às outras unidades da CODIE no seu empenho atual de racionalização dos Serviços de Informação e Documentação.
2. Para atingir esses objetivos, foram elaborados vários instrumentos que não pudemos analisar por falta de dados.
3. Uma vez implantado e em funcionamento, o sistema dará como produto uma população de sujeitos-destinatários, variável no tempo, em quantidade e em características. Essas características é que permitirão alcançar os objetivos propostos, principalmente os objetivos a) e c) definidos no § 1..

4. Entendemos que, nesse momento, se pretende um apoio estatístico no pressuposto de que, tendo a população alcançado um número elevado de elementos, um plano de amostragem constituiria um método rápido de informação, operacionalmente capaz de ser repetido em períodos determinados, acompanhando as prováveis modificações de características que ocorrerão no tempo. ocorrerão

5. À folha 7, destacamos um trecho grifado que nos parece perfeitamente pertinente ao caso, no que se refere à oportunidade do plano de amostragem:

"...depois de estabelecido um fluxo consistente de clientela, quando todas as unidades competentes do CBPE estiverem em condições de prestarem um atendimento que atenda às exigências metodológicas da pesquisa, com um modelo fixo de atendimento".

6. E, de fato, não deve ser de outro modo, ainda mais pelo fato de haver a possibilidade de que a população, que irá se formando, talvez não alcance uma dimensão que justifique a necessidade de técnicas estatísticas especiais.

7. À folha 8, tem-se a seguinte pergunta:

"... qual o número de formulários e questionários que deverão ser aplicados para que se possa trabalhar com nível de segurança exigido pela metodologia científica?"

A resposta adequada segue-se à pergunta:

"Não se pode, a priori, saber qual será a população de usuários". Portanto, não se pode, a priori, determinar o número de formulários e questionários.

8. O procedimento que nos parece lógico adotar é o seguinte:

- a) Implantar o sistema
- b) Realizar o "feed-back" necessário ao seu perfeito ajustamento
- c) Observar o crescimento da população de sujeitos - destinatários
- d) Enquanto o tamanho da população for operacionalmente manejável, procurar definir as suas características
- e) Acompanhar no tempo as conclusões obtidas verificando se ocorre uma estabilização para algumas dessas características
- f) Tornando-se a população muito grande, sem possibilidade de ser manejável no todo, iniciar um plano de amostragem sequencial.

Walter Augusto do Nascimento

Parecer sobre a parte metodológica

Perfil do Usuário

Desde logo devemos esclarecer que, embora não fique inteiramente claro no projeto, tomamos o termo usuário como podendo significar vários tipos de usuários, cada um com seu perfil próprio, ou com perfis que apresentem traços comuns e aspectos diferenciados.

Sobre os objetivos do projeto tomamos como base que não se deseja apenas verificar as características do usuário e as necessidades sentidas pelo mesmo (necessidade subjetiva) mas algo muito mais amplo: "o total de informações de que ele realmente necessita para a solução ótima do problema". (f. 4 do projeto).

A leitura do plano de trabalho - especialmente dos itens "Justificativa" e "Hipóteses de trabalho" leva a crer que se pretende, em última análise, não apenas o melhor atendimento do usuário (folha 4), no que ele solicite, mas a seleção e triagem adequada das informações para que cheguem ao conhecimento do usuário, para aplicação, pois "conhecimento inaplicado é conhecimento despojado de sentido" (folha 3).

Parece haver em vista objetivo mais amplo do que os declarados explicitamente: levar a que conhecimentos de real importância sejam aplicados, orientando-se o usuário para que perceba aquilo de que realmente necessita.

A nosso ver são objetivos altamente louváveis mas demasiado ambiciosos para serem ligados desde logo a um projeto de pesquisa a iniciar-se no momento.

Creemos que exigiriam um trabalho prévio (que dificilmente poderá ter sido feito, dadas as dificuldades materiais que vem enfrentando a CODIE) de seleção de grandes problemas a enfrentar e das informações que ajudariam a resolvê-los. No próprio campo restrito da pesquisa, é de constatação geral, não apenas brasileira, que a informação não vem conseguindo a necessária divulgação e só restritamente alcança aplicação.

Parece-nos que se trata de trabalho complexo, a exigir planejamento rigoroso e de execução difícil, a que não deveria, de início, vincular-se o estudo do perfil do usuário. Este, a nosso ver, deve ter tentado por aproximações sucessivas, levando a um aperfeiçoamento contínuo e seguro.

Os dados relativos a instrumentos a serem utilizados que constam do plano (os demais, ao que cremos, ainda estando em organização) apresentam alguns pontos a aperfeiçoar, contendo, inclusive, categorias não excludentes.

Assim, por exemplo, com relação à natureza da fonte de consulta, ora se trata de assunto (destacando-se os que correspondem a publicações da CODIE), ora da forma de apresentação.

Há itens pouco claros com relação à "finalidade da consulta" como: "resolução de problemas pessoais", "visitas", "outras" (sem se indagando quais).

O mesmo ocorre quanto a "tipo de atendimento" em que há referência, por exemplo, a remessa de documentos originais (e os não originais?)

Parece-nos que cada unidade de CODIE deveria ter seu usuário estudado separadamente: se se somar, por exemplo, o usuário de "venda de publicações" (1) "reprodução de documentos" e "consultas", o resultado final será pouco expressivo, tendo em vista os objetivos expostos.

Com relação a hipóteses de trabalho se prevê o seguinte:

1 - A maior frequência à CODIE ocorrerá com relação a pessoas de determinadas ocupações ligadas à educação e pessoas para as quais a educação seja um campo de interesse profissional permanente.

2 - Os usuários, notadamente os estudantes, desconhecem suas necessidades reais e as potencialidades de informação da instituição.

(1) Por vezes até difícil de identificar, uma vez que pode haver compras coletivas ou por portador.

Não encontramos, no plano, relativamente aos instrumentos a utilizar, dados que permitam verificar essa hipótese, nem no que respeita às necessidades não sentidas pelo usuário, nem no que toca à divulgação das potencialidades do CBPE no setor.

Acreditamos que isso decorra da complexidade que o trabalho apresenta, levando à necessidade de que seja precedido de uma fase explorativa em que se procure fixar, para o usuário de cada unidade da CODIE que se deseje estudar:

- os tipos de finalidades que os usuários têm em vista e de auxílio que solicitam

- os campos de conhecimentos e os problemas objeto de interesse do usuário (com a possível minúcia)

- se o usuário frequenta outras instituições de educação com idêntica finalidade e porque diversifica essa procura.

Acreditamos que com menos de dois meses de levantamentos básicos desse tipo será difícil chegar a categorias que realmente funcionem para os objetivos pretendidos.

Parece importante fixar desde logo dois grupos a serem considerados separadamente: os dos que fazem a consulta na qualidade de estudantes (embora sejam profissionais) e os que fazem a consulta para fins profissionais.

No 1º grupo, que chamaremos "estudantes", dever-se-á distinguir:

- os estudantes sem experiência profissional
- estudantes com experiência no campo da educação

Se se estudar a decalagem entre necessidades sentidas e necessidades reais será interessante comparar a performance desses vários grupos.

Será também importante fixar até que ponto há essa defasagem e tem êxito o trabalho de levar o usuário a perceber suas necessidades reais (se o projeto alcançar até esse objetivo), com relação aos vários

tipos de usuários cuja consulta é feita na qualidade de estudantes: alunos de Escolas Normais; professores formados em Escolas Normais ou Institutos de Educação; professores realizando cursos de aperfeiçoamento; realizando cursos de estudos adicionais; alunos de Faculdades de Educação; professores realizando cursos de aperfeiçoamento em Faculdades, mestrado, idem-doutorado (por matéria).

O usuário cuja consulta é feita com objetivo de atender a necessidades profissionais será objeto de estudo idêntico.

Se o objetivo for apenas verificar que a necessidade sentida não corresponde à necessidade real sem se pretender elevar o nível de necessidades do usuário - embora as categorias iniciais de usuário permaneçam as mesmas - o instrumento e todo o trabalho serão simplificados. Isso ocorrerá ainda mais acentuadamente em se pretender inicialmente chegar ao perfil do usuário e suas necessidades sentidas, o que parece objetivo mais adequado por um primeiro trabalho. Parece-nos que não será fácil determinar as necessidades reais do usuário, as quais variarão em cada caso e para cada assunto. Por outro lado, as necessidades sentidas, no caso do estudante, refletirão as exigências feitas por quem pediu o trabalho, e de fato seriam as necessidades sentidas por este, e não pelo usuário diretamente.

Mesmo numa entrevista, não será fácil fixar até que ponto o usuário percebe o problema em estudo e os aspectos realmente essenciais deste, uma vez que ele está dominado pela necessidade de atender a um professor para obter uma nota e, em última análise, uma aprovação.

Dadas essas dificuldades, o que nos parece essencial num trabalho inicial de sondagem seria estabelecer:

- as categorias gerais de usuários: seu grau de preparo
- os objetivos com que vêm do CBPE, isto é, as finalidades práticas que têm em vista
- o interesse e a disponibilidade para um trabalho de elevação do nível de suas necessidades subjetivas, a fim de que se aproximem o mais possível das necessidades reais (se se pretender levar o estudo até esse ponto).

- como vieram a ter conhecimento dos trabalhos executados pelo CBPE e suas potencialidades e se frequentam outras instituições com objetivos semelhantes.

Os cruzamentos pretendidos nem sempre são diretamente ligados às hipóteses, que muitas vezes extrapolam e, de outras, não atendem inteiramente.

Parecem-nos, aliás, que devem ser fixados mais tarde, depois da sondagem básica. Seria interessante estabelecer um quadro em que se sentisse a correspondência entre objetivos, hipóteses, dados pedidos nos instrumentos e quadros de saída, para se explicitar melhor a extensão do projeto.

Proporíamos que a 1ª sondagem fosse feita envolvendo questionário e conversa pessoal aparentemente informal, embora sob roteiro.

Não conhecendo o instrumento já planejado, apresentamos, apenas a título de esclarecimento de nosso pensamento, exemplos de alguns tipos de perguntas que seriam incluídas no questionário.

Desejamos aperfeiçoar nossos serviços e para isso necessitamos conhecer os interesses de nossos usuários.

Pedimos sua valiosa colaboração preenchendo o questionário seguinte:

Nome:

Endereço:

Tel:

Desde quando frequenta o CBPE?

Que serviços já utilizou? (1)

(1) Mais tarde pode-se dar título e descrição dos serviços, o que servirá para divulgação dos mesmos.

- Frequenta outra instituição com objetivos semelhantes? Qual ou quais?
 - Qual o Curso de nível mais alto que realizou?
 - Em que instituição?
 - Está realizando no momento algum curso? Qual?
 - Qual o horário ou a carga horária semanal do curso?
 - A presente consulta se destina a um trabalho para esse curso?
 - Que tipo de trabalho?
 - Qual o título do trabalho?
 - Você trabalha? Em que instituição?
 - Em que horário?
 - Em que consiste seu trabalho?
 - Qual o assunto de sua consulta de hoje?
 - Que aspectos desse assunto lhe interessam?
- 1 - Esclarecer se individual ou de grupo, como preparo para seminário, como pesquisa bibliográfica etc. (Esse item deve ser melhor esclarecido na entrevista).

Marque com um x na resposta anterior os aspectos indicados por seu chefe ou professor e com 0 os que você procura por sua iniciativa pes soal

- Você já sabe que material específico vai consultar? Em caso afirmativo, qual?
- Quem o indicou?
- Você deseja orientação sobre o material a consultar?
- Em caso afirmativo, diga que tipo de orientação
- Que outros assuntos são de seu interesse?
- Preenchendo o quadro seguinte você nos ajudará a atendê-lo no futuro

Assuntos de meu interesse	Aspectos de especial interesse em cada assunto

Publicações do CBPE que conhece:

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Cadastro de pesquisas

Série Pesquisas e Monografias

Série Folhetos para implantação do currículo de 1º grau

Cadastro de instituições de pesquisa

Bibliografia

Thesaurus etc

No 2º mês da sondagem, estudando-se a reação dos usuários à medida que fossem sendo obtidas, já se poderia tentar algumas perguntas fechadas, sempre incluindo-se a categoria: "Outras. Quais?"

Os dados seriam tabulados, separando-se inicialmente o maior número possível de tipos de usuários, para, depois da apuração, verificar até onde podem ser reunidos alguns tipos e quais esses tipos, por tratamento estatístico adequado.

O perfil do usuário incluiria faixa de idade, nível e tipo de formação, tempo consagrado ao trabalho e ao estudo, tipo de trabalho, objetivos das consultas, áreas de interesse, grau de necessidades sentidas e de necessidades "impostas" (isto é, de origem externa ao usuário) nas consultas feitas e nos projetos de estudo futuro, tipo de ajuda que os vários tipos de usuários pedem presentemente ao CBPE e tipo de ajuda que desejariam no futuro, conhecimento que têm dos serviços do CBPE e de suas publicações.

Creemos que a sondagem inicial básica para um planejamento seguro seria tanto mais eficaz quanto mais pudesse ser enriquecida por uma ou mais conversas pessoais, informais, deixando o usuário bem à vontade para se manifestar, sem se tomar nota no momento, esclarecendo os aspectos mais difíceis de serem apurados sem esse contacto pessoal.

Alguns dados gerais - como instituição em que trabalhe etc. - poderiam não ser incluídas no questionário, mas na ficha do usuário para

consulta à CODIE.

Precisaria haver uma motivação do usuário para responder ao questionário, por meio de conversa pessoal. Se o usuário estiver apressado será preferível que deixe para responder em outra ocasião.

Pode-se também preparar dois questionários, um mais sucinto, para todos responderem, e um mais completo, para uma amostra (por exemplo de 5 em 5 usuários, um responderia ao questionário mais geral e se submeteria à entrevista).

PARECER

Assunto: Tentativa de caracterização do usuário dos serviços de informação do CBPE.

1. O levantamento periódico de dados de usuários de uma determinada prestação de serviços é um procedimento usual e aconselhável, tanto para informar a intensidade como permitir a melhoria do serviço prestado.
2. Sob esse aspecto, parece-nos válido o trabalho executado, supondo, é claro, a boa qualidade dos dados. A folhas 2 do Trabalho, há restrições que aconselham uma oportunidade mais favorável para considerar os dados obtidos como realmente representativos dos usuários.
3. O que não nos parece válida é a utilização de testes de hipótese para os dados levantados. A expressão "testes de hipóteses" - significa, em última análise, rejeitar ou não, por meio de uma amostra, alguma hipótese formulada para os parâmetros associados a uma população.
4. O que seria, no caso, a população e a amostra? Entendemos que a população seria aquela constituída pelos usuários no ano de 1973. Sobre a amostra, não encontramos nenhuma definição.
5. Partindo, então, do fato que os dados se referem à população, a simples apresentação de quadros adequados resolveria o problema. Por exemplo, se houve mais usuários do sexo masculino do que feminino, a informação está concluída, não havendo nenhum teste a executar.

À consideração superior.

Em, 31/5/74


WALTER AUGUSTO DO NASCIMENTO
Assessor

2º Seminário Latino Americano dos Centros de Pesquisas em Educação

No ofício DP 11/73, de 14 de fevereiro próximo passado, a Fundação Carlos Chagas solicita comentários e sugestões sobre orientação geral, normas para elaboração de documentos e programa definitivo de 2º Seminário Latino Americano de Centros de Pesquisa em Educação.

O Documento Preliminar 01 informa que foram considerados temas prioritários para o Seminário a estrutura das relações entre os Centros, os problemas básicos comuns ao mesmo e o treinamento de pesquisadores.

A Fundação Carlos Chagas propõe que haja uma coordenação das atividades conjuntas dos Centros, realizada de maneira formal através de uma Associação dos Centros "que possa atuar em seu nome e em nome da qual possam os Centros atuar". Refere-se, no documento relativo à institucionalização da Associação, a "tarefas" atribuídas aos Centros pelo 1º Seminário e que não estão sendo cumpridas no ritmo desejável, para concluir que há necessidade de maior coordenação das relações entre os Centros e controle dos eventuais trabalhos comuns, o que seria assegurado sem se instituir um novo corpo burocrático.

A Associação promoveria encontros anuais dos diretores dos Centros e, nesses encontros, se atribuiriam tarefas específicas aos Centros, entre as quais a de coordenar e supervisionar a execução das tarefas específicas atribuídas aos demais Centros. A Fundação Carlos Chagas deverá elaborar Ante-projeto de organização, a ser enviado aos demais Centros como documento para discussão do tema.

O tema 2, relativo à formação de pesquisadores, prevê, entre outros aspectos, a possibilidade de uma colaboração entre os Centros, em termos de consultoria, de docência ou de participação em pesquisas, como parte de um programa de treinamento de seus pesquisadores. A Fundação Carlos Chagas elaborará um questionário ou roteiro de informação a respeito.

Prevê-se que, no 2º Seminário haverá relatos suscintos das atividades de pesquisa em curso nos Centros ou de um projeto.

Pareceram-nos de grande interesse os temas propostos para discussão. No entanto, julgamos que o problema das relações entre os Centros e do controle, dos Centros por uma Associação apresenta certos aspectos delicados; por ex., poderia o INEP - como órgão do MEC encarregado da coordenação da pesquisa nacional, com programas a atender no que respeita ao planejamento e à reformulação da política educacional brasileira - ser coordenado mesmo que em alguns aspectos apenas por um Centro de Pesquisa brasileiro que não seja entidade pública? ou por um Centro estrangeiro? A pág. 3 do documento preliminar OI consta que, como resultado de cada Seminário serão atribuídas tarefas específicas aos vários centros. Que força terá essa atribuição? de que resultará? da decisão de maioria? Uma dessas tarefas seria a de exercício da função executiva da Associação. O Centro que desempenharão essa função deverá:

- 1 - executar às resoluções de ordem geral do seminário
- 2 - coordenar e supervisionar a execução das tarefas específicas atribuídas aos demais Centros.

Se se tratar de pesquisas, sendo o INEP, por decreto, o coordenador no Brasil poderá ele ser coordenado, por exemplo, pela Fundação Carlos Chagas?

Poderá o INEP, ligado à Secretaria Geral, assumir tais funções, que envolve subordinação e encargos, sem audiência de esferas superiores?

No que se refere ao tema 2 - Formação de Pesquisadores (o qual apresenta muitos aspectos de maior interesse), queremos apenas destacar que, partindo do pressuposto de que há "uma geral deficiência na formação dos pesquisadores proporcionada pelas Universidades", o que "faz crer que a atuação dos próprios Centros nesse campo poderá ser de grande importância", apresentam-se com tópicos a discutir, entre outros, as possibilidades e modos de operação com as Universidades e as possibilidades de colaboração entre os Centros, em termos de consultoria e docência ou de participação em pesquisas, como parte de um programa de treinamento de seus pesquisadores.

Parece-nos que tais assuntos deveriam ser objeto de discussão prévia no INEP.

Avaliação do Projeto de pesquisa

Influência de aspectos psicológicos no processo educativo.

I - Observações sobre aspectos não previstos na ficha de avaliação do INEP -

Adequação do título

O título do projeto não é adequado, por demasiado vago e impreciso. Há inúmeros aspectos psicológicos que poderiam influir no processo educativo e a pesquisa se refere a alguns apenas. A influência estudada não é sobre o processo educativo em geral, mas em determinadas materias e no 1º grau. E o que ocorre no 1º grau poderia não se repetir no Jardim de Infância, ou na Universidade, ou no ensino de excepcionais. O autor do projeto nota, aliás, que, mesmo nas materias que estudará, a situação é diferente em cada caso, o que poderá acarretar resultados diferentes. O que o A. se propõe a estudar é a influência do grau de permissividade e de relacionamento, conforme Rogers, sobre o rendimento escolar em Português, Matemática e Estudos Sociais na 8ª série do 1º grau.

Metodologia

A pesquisa deveria incluir grupo de controle, o que não ocorre. Assim, será impossível interpretar os resultados obtidos.

Equipe

A equipe apresenta títulos satisfatórios. No entanto, não se percebe bem como, numa "tese de mestrado", o coordenador pode ter vários colaboradores, inclusive já com mestrado. Ao que parece esses elementos serão remunerados como assessoria, que ficará no Rio (Ver em Custos - "Viagem para o Rio em busca de assessoria"). Não constam do projeto as atuais funções dos elementos citados.

Condições para apresentação de projetos. A análise do projeto leva a crer que não tenha sido aprovado na PUC. Não há menção à entidade responsável pelo projeto. Este, ao que parece, deveria ser

apresentado ao Centro Regional sediado em Porto Alegre, que, numa análise prévia, poderia, tendo em vista essa falha, ter indicado a desnecessidade de um estudo mais aprofundado.

Parece perigoso custear teses de mestrado a Cr\$...... 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros) mensais, por um ano. O próprio A. do Projeto confirma que se trata de oportunidade para se preparar e obter um título. O número de mestrandos já é apreciável e talvez a inclusão do grupo entre candidatos a financeiramente venha a pulverizar os recursos do INEP, que, na área de preparo de pessoal, tem projetos mais frutíferos.

II - Apreciação segundo o modelo de avaliação do INEP

Justificativa

Aparecem diluídos no projeto alguns dados a respeito, mas não há, por exemplo, referências à situação da escola de 1º grau quanto à produtividade, nem a pesquisas anteriores sobre o assunto, que revelem a importância do projeto para a problemática do ensino brasileiro.

A justificativa apresentada se refere a aspectos, a nosso ver, laterais. Ex: a importância da TIDENE realizar pesquisas; o fato de que "do Mestrado em Educação, na área de Aconselhamento, dar atenção aos fatores psicológicos que influem na Aprendizagem" e a necessidade do A. apresentar monografia para conclusão do mestrado na PUC.

Parece fora de dúvida que o rendimento da escola de 1º grau não é satisfatório e que os fatores em causa têm influência sobre o fato. As escolas que adotam a solução que se pretende testar, desde que com professores que realmente assimilaram essas ideias e uma boa direção, sem dúvida obtêm melhores resultados que as demais. Apesar disso, não deixa de ser importante realizar um trabalho controlado sobre o assunto, desde que fique clara, nas conclusões, a necessidade do professor ser devidamente preparado para a mudança e isso seja realmente feito. Do contrário, correr-se-á o risco de levar a efeitos até negativos, o que tem ocorrido no Brasil e em outros países, se o professor interpreta "permissividade" como ausência de padrões e entrega ao

aluno a direção de sua própria educação, ou se confunde bom relacionamento com adesão à linguagem e aos "gostos" do adolescente. O problema de estabelecer o "grau" de permissividade que será tentado é importante, bem como o de medir, ao lado da melhoria do rendimento nas matérias de ensino, a repercussão da mudança na formação das atitudes do aluno.

Seria também importante fixar a qualificação prévia, o preparo para a mudança e as características pessoais do professorado envolvido na pesquisa, para que se pudesse concluir da aplicabilidade das conclusões.

Objetivos

Dos três objetivos apresentados pelo A. apenas o 1º se refere à pesquisa, sendo necessário desenvolver mais esse aspecto.

O 2º "treinar elementos de corpo docente, especialmente o coordenador do projeto, na pesquisa científica, mesmo sendo ele do campo das Ciências Humanas" * revela uma estranha atitude de menosprezo pela pesquisa em Ciências Humanas.

O 3º objetivo "instrumentalizar o coordenador do projeto para o ensino superior, já que a atribuição do título de "Mestre em educação" exige a elaboração e defesa de tese dentro de um prazo determinado e de especialização conferida" parece um objetivo pessoal e não exposto de maneira muito exata: o mestrado não exige tese nem pesquisa, mas apenas uma monografia.

Os objetivos não estão claramente determinados e delimitados, nem coerentes com o tema da pesquisa.

Definição do problema

A definição dos conceitos básicos é substituída pela enunciação dos princípios básicos de Teoria de Carl Rogers. O fator "relacionamento" fica pouco caracterizado.

Considerando-se que a melhoria da produtividade da escola é meta importante, pode-se considerar a pesquisa compatível com as prioridades nacionais.

* O grifo é nosso.

Bibliografia

Consta do projeto e atende aos requisitos gerais.

Hipóteses

No ítem específico não aparecem hipóteses claramente formuladas. Há, porém, hipóteses em vários pontos do projeto.

Definição operacional das variáveis.

Os indicadores nem sempre são claros, nem estão devidamente operacionalizados. Expressões como "Aprendizagem auto motivada e auto-dirigida" são demasiado vagas para permitir a compreensão clara do que será realizado e observado. Não são igualmente claras "Liberdade de movimento externa e interna (liberdade de sentimentos)", "Facilidade de compreensão que existem na escola (ou escolha?) das palavras e das atitudes das pessoas"; "Aceitação de tudo que os alunos acharem oportuno".

Se o preparo do professor for feito em termos assim imprecisos, a experiência pode até tornar-se perigosa, pela possibilidade de compreensão inadequada.

O A. afirma que pretende elaborar escalas para a medida desses indicadores, as quais "serão validadas pelo teste de validade e fidedignidade". Não cremos que durante a pesquisa, a ser desenvolvida em um ano, isso fosse possível, nem o cronograma prevê tempo para esse trabalho.

7. Área para execução do projeto

A pesquisa será realizada no Município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em 12 turmas (mais ou menos 400 alunos). Se devidamente conduzida, as conclusões valerão para situações semelhantes de nível de preparo do professor, interesse pela mudança, número de alunos da turma. Em muitos Estados as turmas de 4ª série ginásial tem 50 e 60 alunos; em Cruz Alta, ao que parece, pouco mais de 30. Essa condição deve influir decisivamente, no caso.

8. Indicação dos instrumentos que serão utilizados

De modo geral, os tipos de instrumentos previstos se adaptam aos objetivos da pesquisa. No entanto, seria preciso analisá-los para um parecer conclusivo a respeito.

9. Plano para a coleta de dados

Não consta. Os itens previstos no modelo não são atendidos.

10. Especificação dos quadros da saída

Não atendido satisfatoriamente.

11. Análise estatística dos quadros de saída

Não atendido satisfatoriamente.

12. Fases do projeto e cronograma.

O cronograma não parece adequado ao que o A. se propõe realizar. Por exemplo, em Março e Abril faz-se coleta de dados (que não aparece mais nos meses posteriores). No entanto, a experiência deveria durar pelo menos um ano para se poder tirar conclusões. Prevê-se três medidas de rendimento. Quando serão feitas?

O Autor parece indicar que os instrumentos ainda estão sendo preparados e se refere a determinação de validade e fidedignidade, tarefa demoradíssima. Como seria possível realizar isso em tempo para coletar os dados em Março e Abril?

O cronograma nos parece, além de inadequado, inteiramente impossível de ser cumprido.

Tarefas importantes como o preparo do professor para a mudança não constam de cronograma. Tem-se a impressão que o fator dominante no caso foi o desejo de completar o mestrado em um ano, porque o cronograma não atende, de nenhum modo, às necessidades de desenvolvimento da pesquisa.

13. Recursos requeridos

Aparece referência a "salário" para o coordenador (Cr\$ 2.800,00), que está preparando tese para mestrado e a viagem ao Rio para obtenção de assessoria, escolhida pelo A.

Não dispomos de dados para dizer da viabilidade técnica e financeira do projeto, em relação às disponibilidades do INEP.

*** *** ***

Decio Leal Pereira de Souza, Redator do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, lotado no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, convidado por V.S. a se integrar em equipe: de Publicações, Documentações e Informações, no mesmo nível hierárquico dos demais integrantes, sobre as atividades da mesma equipe faz as seguintes considerações:

No momento em que as publicações do INEP passaram a ser cobradas, devendo ser comercializadas, tal iniciativa deveria ter características agressivas.

Relatório prévio do Setor de Publicações submetido em 16 de abril p.p. à direção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, dava ênfase ao Setor de Divulgação, como se dele dependesse a difusão das publicações. Em verdade, , simplesmente as edições do INEP embora técnicas, têm divulgação em escala incomparavelmente maior do que as publicações do MEC, estas luxuosas - do dizer de Fausto Cunha, no caderno de Livros do Jornal do Brasil, sábado último. A baixíssimo custo material e graças ao esforço de um só funcionário não gratificado, o INEP obtém centimetragem em vários órgãos de divulgação do País, não só do Rio, e usando, além do trânsito e prestígio pessoal do signatário, "know-how" de publicidade e imprensa, adquiridos e consagrados na iniciativa privada - exatamente: utilizando procedimentos que vêm sendo modificados e aperfeiçoados desde 1966, quando de sua transferência para o INEP, isto é, os mesmos métodos que informou oralmente, em reunião havida há cerca de um ano no CBPE e que, agora, na reunião de 16 de abril, voltavam como recomendações a ele próprio, como se de especialistas fossem.

Tendo que comercializar suas publicações, o INEP lançou mãos de especialistas em Educação, esquecido de que a empresa é comercial. O primeiro passo, a difusão - lembrado pelo signatário na reunião de há um ano - deveria ser a colocação das publicações ao alcance do público comprador. Hoje,

se verifica que nem na sede do CBPE, à Rua da Imprensa, elas estão disponíveis. Sugestão do signatário, já apresentada aos colegas do Setor de Publicações: colocação das publicações à venda, nos mesmos moldes dos correntes entre livreiros, editores e autores, escolhendo-se entre FENAME, Fundação Getulio Vargas e Distribuidora Fernando Chinaglia, qual ou quais os responsáveis por tarefa tão especializada e que já levou particulares ao fracasso, quando de tentativas para com ela não atentar.

O esforço oficial, isto é, do INEP, conforme sugeriu na mesma reunião, pode e deve ser dirigido, simultaneamente, para livrarias de Faculdades, usando-se para tanto o penoso sistema de mala direta. Num refinamento e caso haja disponibilidade financeira, poderia ser contratada empresa especializada, o que eliminaria um trabalho árduo e asseguraria resultados.

Também já sugerido há cerca de um ano e repetido agora, na recente reunião, julgo recomendável e essencial a tiragem extra de capas, de cada publicação, que através de solicitação do INEP a outros órgãos do MEC, Secretaria de Educação e Faculdades, seriam afixadas em quadros de aviso, com a impressão extra no roda-pé de indicação do local de venda. É solução pouco dispendiosa e poderia perfeitamente substituir a sugestão, agora aparecida, de fazer confeccionar "cartazes artísticos".

Como se pode notar, o problema basicamente reside em difusão, não em divulgação. Esta última continua sendo feita, em todo o País dentro de moldes econômicos, com alta rentabilidade e obedecendo ao momento e necessidades de cada publicação ou informação.

A título de colaboração e no caso específico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, lembramos na última reunião e repetimos aqui que, como na venda de qualquer produto, a Arte não pode se sobrepor ao Interesse Comercial. Assim, falta à atual apresentação o tom agressivo que, na capa, chame o leitor para "prato de substância" apresentado no interior da publicação.

À Senhora Presidente da Comissão criada pela Portaria nº 020 de 25/3/77

Senhora Presidente:

Tendo em vista os termos da Portaria nº 020, de 25 de março de 1977, da Sra. Diretora-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, segundo os quais me cabe colaborar no "levantamento e seleção de processos e documentos que deverão constituir parte de arquivo localizado na Seção de Preparo e Movimentação de Documentos da Divisão de Atividades Auxiliares em Brasília-DF., devendo ainda efetuar a incineração dos expedientes considerados inservíveis", no prazo de 30 dias, solicitamos sua orientação e alguns esclarecimentos prévios:

A Divisão de Atividades Auxiliares trata de assuntos administrativos e o uso dos termos "processos" e "expedientes" pareceria corroborar que a finalidade em vista seria centralizar toda a vida administrativa do INEP nessa Divisão. No entanto, a referência, na Portaria, a "todos os setores do INEP"-exclusive naturalmente os já sediados em Brasília - e o uso do termo "documentos" parecem indicar que o alcance da Portaria é mais amplo.

A Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais apresenta, em especial no setor de realização de pesquisas, problemas muito específicos e uma quantidade imensa de material útil que redundará, porém, em grande despesa enviar para o INEP em Brasília, onde talvez nem seja possível acolhê-lo. Assim, torna-se importante caracterizar, de início, o que entender por "inservível" e, conseqüentemente, por útil".

Nesse setor se encontram, por exemplo, questionários e provas - em branco em reduzida quantidade e respondidos em quantidade bastante apreciável - referentes em sua grande maioria a pesquisas em andamento. Havendo neste Ministério grande preocupação com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e sendo um dos projetos prioritários do MEC o de estímulo à pesquisa, acreditamos serem de grande utilidade questionários - e em geral instrumentos de pesquisa - tanto em branco, como respondidos. Os primeiros poderão compor um banco de instrumentos (parte essencial do Banco de Dados sobre pesquisas), os quais poderão ser aplicados em todos os tipos de estudos e pesquisas em que se comparem situações referentes a dois períodos e, ainda, utilizados como subsídios na elaboração de instrumentos de pesquisas com objetivos semelhantes. Os últimos servem também a essa finalidade e para exercícios de tabulação de resultados, de organização de quadros e tabelas e para cálculos estatísticos. Sendo difícil, por oneroso, a uma Faculdade aplicar instrumentos em todos os Estados da região em que se situa, por exemplo, a posse de dados já colhidos permitiria uma série de estudos de maior utilidade para a formação de pesquisadores, de técnicos que se pretenda preparar para trabalhar em equipe com pesquisadores e, inclusive, de consumidores de pesquisa.

Assim, faz-se necessária uma primeira decisão a respeito da possibilidade de, ao ser extinto o CBPE, haver uma consulta a possíveis interessados na utilização da parte de seu acervo, ou se este deve ser todo encaminhado para Brasília, uma vez que não parece possível classificá-lo como "inservível".

Outro aspecto importante a considerar são as pesquisas em andamento, entre as quais alguns exigem, para seu prosseguimento, algum trabalho no Rio e outras poderão ser continuadas, desde que haja elementos capacitados, em qualquer local.

Entre as primeiras incluímos:

- "Aplicação experimental de programas para o ensino de 1º grau" (a que se prende o projeto "Elaboração de programas para o ensino de 1º grau").

- "Critérios de seleção para os cursos de preparação de professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau".

A primeira - inicialmente planejada para atingir até a 8a. série - partiu da verificação de que os programas brasileiros de 4a. série correspondiam aos de 5a. e 6a. de países mais desenvolvidos, estes dispoendo de 6 horas diárias de aula e professores de nível superior ao dos nossos. Pretendia estudar a dosagem mais adequada dos programas, estudando para isso a reação de alunos e professores e o rendimento escolar - de alunos fracos, médios e fortes - face ao conteúdo dos programas, apresentados em termos de atividades nas séries iniciais e de áreas de estudo nas demais. Para isso, e atendendo aos fatores que podem atuar distorcendo os resultados, cada série seria estudada durante 3 anos. Paralisada a pesquisa na situação atual, só se poderá tirar conclusões para a 1a. e 2a. séries.

Já sem levar em conta a situação dos alunos envolvidos na pesquisa e que terão de mudar de currículo em meio do curso - problema que transcenderia ao INEP - parece necessário considerar o investimento em dinheiro e, especialmente, em tempo, que representaria a paralisação da pesquisa, uma vez que não seria possível mudar de amostra em meio do trabalho e a idéia de currículo envolve continuidade, não se podendo tomar alunos que venham de outro currículo para submetê-los a um novo, que continuaria algo que não receberam. O próprio prosseguimento de elaboração de programas para de 5a. a 8a. série parece inviável sem a oportunidade de consulta e entendimento com os professores que forneceram sugestões. Por outro lado, perder 4 anos de experimentação num setor de tão amplas repercussões sobre a reprovação e, conseqüentemente, sobre o custo do ensino, parece apecto a merecer especial interesse.

Acreditamos haver, no caso, um sério problema, que só nos pareceria encontrar solução que salvasse o que foi investido se alguma instituição credenciada, sediada no Rio, e que mantivesse, pelo menos durante algum tempo, ligação com os elementos que supervisionaram o trabalho até o momento, tomasse a seu cargo o prosseguimento do trabalho. De toda a maneira, o material existente, embora inservível para a continuação da pesquisa (5a. à 8a. série) em Brasília, é muito valioso. Este Ministério vem dando significativo apoio ao problema de Currículos e programas, incluído com destaque no Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979 para todos os graus de ensino, (1) e os recursos já investidos no projeto são bastante vultosos, uma vez que para a elaboração dos programas até a 4a. série (este último pronto mas não publicado) e as sugestões já obtidas para os de 5a. a 8a. série foram convocados dezenas de professores dos mais destacados, especialmente preparados no que respeita à Reforma do Ensino e suas repercussões no problema de currículos e programas.

O projeto "Critérios de seleção para os cursos de preparação de professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau", destinado a oferecer subsídios para a melhor seleção dos candidatos aos cursos de formação do magistério e, conseqüentemente, melhorar o rendimento do ensino - uma vez que o professor é a peça mais importante nesse resultado - foi iniciado por solicitação do Instituto de Educação do então Estado da Guanabara. Elaborado o instrumento com a colaboração do Serviço de Orientação Educacional daquele Instituto, de psicólogos do Instituto de Pesquisas do Estado, de elementos do ISOP e representantes do INEP, foi o mesmo, depois dos estudos básicos e da reformulação

(1) BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/1979), Brasília, MEC/SG -1974, 4v. O caso em apreço enquadra-se no Sub-projeto 81 (p.137) sob a coordenação do DEF, com interface previsto com o Projeto 6 - Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais

necessários, aplicado a uma amostra de professorandos de todas as Escolas Normais oficiais do Estado e do Instituto de Educação. Só em 1976 esses professorandos, formados em 1975, começaram a se candidatar aos concursos do Estado, permitindo o estudo de seu comportamento docente, essencial para se calcular até que ponto o instrumento permite prognosticar, no momento de ingressar nos Cursos de Formação, os elementos que não serão desejáveis na carreira de professor.

Essas observações, com a duração prevista de um mês, terão de ser feitas no Rio, embora os cálculos posteriores possam ser realizados em outro local, sob orientação técnica. Pareceria, porém, mais desejável, por menos oneroso, que os elementos que já foram preparados para isso em cursos financiados por este Instituto, embora transferidos para outros locais de trabalho, pudessem, por um entendimento com esses órgãos, realizar, em parte do expediente, esses trabalhos finais.

O projeto "Formas desejáveis de assistência técnica ao magistério nas séries iniciais do 1º grau", solicitado pelo DEE, acha-se em fase de relatório final. É fato comum em pesquisa que, na interpretação dos resultados, surjam indagações que devem ser respondidas mediante consulta ao material existente, bastante volumoso. Assim, caso o relatório não possa ficar pronto até a extinção do CBPE, pareceria desejável, do ponto de vista financeiro e pela dificuldade de continuação de um relatório em meio por pessoa que não participou da pesquisa, tentar-se uma solução semelhante à prevista para os projetos de que já tratamos.

Como o INEP provavelmente terá de encarregar-se do pagamento, até o final do ano, dos funcionários transferidos, cremos que a solução parecerá razoável aos órgãos que receberão, sem ônus, elementos especializados e experimentados em pesquisa, difíceis de obter.

Quaisquer resoluções que tenham de ser tomadas a respeito precisarão ser conhecidas com urgência, a fim de que se estude a melhor maneira de resolver tais problemas no curto prazo de um mês ou pouco mais.

Esclarecemos que estamos raciocinando na suposição de que o INEP em Brasília tenha, entre as funções previstas no projeto de sua reestruturação, a de realizar pesquisas e, ainda, que projete incorporar as iniciadas pelo CBPE, dispondo de pessoal suficiente e experimentado para que tenham um prosseguimento normal. Alertamos, porém, para o fato de que será difícil, durante algum tempo, iniciar projetos novos com a sobrecarga que representará o prosseguimento dos atuais.

O projeto "Influência de fatores psicológicos e de saúde sobre o rendimento escolar na 1ª série do 1º grau" - fruto de Convênio entre este Ministério e a Organização dos Estados Americanos, a qual custeou todos os exames de saúde e o tratamento médico dos alunos submetidos à pesquisa - é exemplo do problema decorrente da mudança pessoal durante a pesquisa. Com o término do Grupo Tarefa-Pesquisas ficou sem coordenador e sem orientador para o tratamento estatístico, só após longo intervalo podendo ser retomado.

Presentemente, estando todos os Técnicos especializados em pesquisa coordenando uma ou mais pesquisas, ficou a nosso cargo a elaboração do relatório, até nossa designação para as atuais tarefas. Trata-se de trabalho de grande complexidade, difícil de ser continuado por quem não tenha participado de todo o projeto. Estamos à disposição do INEP para terminá-lo, qualquer que seja a destinação que nos caiba na redistribuição de pessoal, a fim de que não se prejudique o que já se investiu em tempo e recursos e se possa enviar a OEA, conforme o estabelecido, o trabalho terminado e publicado.

O projeto "Avaliação da aprendizagem nas primeiras séries do ensino de 1º grau" se destina a preparar instrumentos padronizados para medir o rendimento do ensino até a 4ª série do

ensino fundamental. A falta de tais instrumentos no Brasil impede que se possa desenvolver com eficiência uma série de trabalhos de tipo "survey", que permitem diagnosticar a situação do ensino em determinado momento, bem como estabelecer comparações destinadas a verificar os efeitos de medidas administrativas ou técnicas sobre essa situação. Esse tipo de trabalho perde muito em segurança se não se dispuser de instrumentos sensíveis, válidos e fidedignos, que só se podem obter por um esforço específico no sentido de desenvolver testes padronizados e, em prosseguimento, a elaboração de formas paralelas etc.

Assim, parece importante que não se perca o esforço já despendido. O material coletado ocupa espaço considerável. Foram aplicadas provas nas áreas de Comunicação e Expressão, Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Naturais) e Integração Social, a amostras de 7 Estados da Federação, representando todas as regiões do país. Para a 1a. e 2a. séries, as amostras foram de 6245 e 5407 alunos e para a 3a. e 4a. de 3675 e 3290, respectivamente.

Seria importante assegurar o prosseguimento do trabalho onde fosse possível desenvolvê-lo com a necessária rapidez e eficiência. O local, no caso, não teria importância.

O projeto "Fatores que influem sobre o rendimento escolar de 1a. e 2a. séries do ensino de 1º grau" (extensão à 3a. e 4a. séries) visa a fixar que fatores estão principalmente atuando sobre determinados tipos de alunos e as combinações mais favoráveis para obter um bom rendimento.

No que respeita à 1a. e 2a. séries, o projeto está em fase de interpretação dos resultados e requeriria, a ser continuado por outros elementos, uma fase de entrosamento com seus sucessores.

O projeto "Levantamentos básicos para adaptação dos programas às condições locais" acha-se terminado no que respeita a Paraná e Santa Catarina, muito adiantado com relação a sete Estados e em fase de início de elaboração dos folhetos nos demais.